

## RESENHA

AMIN, Samir. **Maldevelopment: Anatomy of a global failure.** United Nations University Press, 1990, 244 p.

Samir Amin continua refletindo sobre os problemas experimentados nos países que ele chama do Terceiro Mundo, e particularmente da África. No texto clássico por ele elaborado, ele havia proposto que a questão do desenvolvimento desigual surgiu a partir das relações de troca dominadas pelos interesses do Primeiro Mundo. Sua receita para solucionar os problemas dos países que se encontravam em situações de inferioridade partia dessa percepção, para recomendar o isolamento dessas economias do sistema internacional capitalista.

Nesse trabalho, Amin propõe analisar o fracasso do caminho de desenvolvimento através de incorporação na economia mundial. Seu título, **mal-development**, que seria "desenvolvimento errado", talvez, em português, reflete uma maturação crescente no seu posicionamento diante da análise dos problemas experimentados pelos países periféricos. Não admite nem o "sub-desenvolvimento", que implicaria a passagem de uma etapa para outra, nem aceita o rótulo "países em vias de desenvolvimento", como se o desenvolvimento estivesse em processo dentro do Terceiro Mundo. Essas duas expressões implicam um julgamento valorativo de que o desenvolvimento, aliás, a estratégia de desenvolvimento econômico, até agora dominante no mundo capitalista entregará seus frutos a todos que obedecem sua lógica, mais dia menos dia. Em vez disso, ele toma a posição de que essa forma de desenvolvimento é "mau" para os países da periferia, e principalmente para os setores mais pobres da população. Não se oferece esperança para melhorar. É necessário, portanto, procurar uma saída que reconheça os fracassos e tome novas atitudes. Ele pretende integrar na discussão as facetas econômica, política, social e cultural. Ao mesmo tempo propõe que essa análise desça ao nível local, para poder averiguar o impacto verdadeiro dos processos postos em andamento.

Nos primeiros quatro capítulos, Amin analisa as várias dimensões da

**crisis** de desenvolvimento, no contexto do quadro específico da África. O segundo conjunto de quatro capítulos oferece sugestões quanto ao encaminhamento de uma forma de desenvolvimento alternativo, que não se alimentaria a partir de intervencionismo estatal, nem a partir de uma fórmula neo-liberal ingênua. Vê-se que a intervenção estatal oferece resultados econômicos medíocres, enquanto a intervenção na oferta monetária traz resultados quase "grotescos" quando aplicada à maioria das economias do Terceiro Mundo, e outros mecanismos de ajuste nesses modos provocam um equilíbrio recessivo e estagnado.

A proposta de Amin é o que ele chama de desenvolvimento alternativo. Essa alternativa passa pelas vertentes nacional e popular. Para combater a concentração implícita no mundo dos cinco grandes poderes (os Estados Unidos, a União Soviética, Europa, Japão e China), ele propõe um mundo policêntrico, construído a partir da colaboração econômica direcionada de Sul para Sul. Esta visão exigiria o estabelecimento de espaços regionais, construídos a partir da colaboração estreita entre economias nacionais, sem sacrificar sua autonomia relativa. Diante da grande diversidade de experiências políticas e culturais desses países, e diante da multiplicidade de especializações evoluídas durante o período de mal-desenvolvimento, haveria não uma única proposta para desenvolvimento, mas uma variedade de caminhos.

Ele afirma que a submissão às exigências da transnacionalização econômica é incompatível com uma política de saída gradativa da crise. Na sua proposta de policentrismo, ele vê duas possíveis maneiras disso acontecer. Por um lado, haveria uma intensificação do poder dos cinco grandes centros como tomadores de decisão, marginalizando o Terceiro Mundo. Do outro, além desses cinco centros, novas forças emergiriam ao nível regional, na América Latina, no mundo árabe, na África, Índia e Ásia Sul-Leste. Nesse cenário de cooperação regional, as burguesias do Terceiro Mundo teriam que se despojar da pretensão de expansão mundial. Por isso, os governos do Sul, ou do Terceiro Mundo, teriam que ter um cunho popular, numa aliança das classes médias com os trabalhadores em defesa da democracia e de integração regional.

Enfim, ele observa que é necessário analisar os limites econômicos da transnacionalização e da expansão mundial da lei do valor. É necessário repensar o caráter e a extensão do poder do Estado, a rigidez e a capacidade de flexibilidade das múltiplas culturas que compõem o mundo, a natureza dos conflitos Leste-Oeste, Norte-Sul, e Sul-Sul. Tem que elaborar um novo modo de pensar sobre o desenvolvimento; deve-se escapar dos moldes meramente econômicos, e colocá-lo dentro do contexto complexo e rico que marca a experiência humana em cada país.

Reconhece a existência de uma crise capitalista ao nível mundial. Mas seu texto, escrito antes da derrubada do muro de Berlim, ainda considera um bloco desligado da economia capitalista mundial.

O pensamento de Amin apresenta uma coragem econômica, justamente na medida em que ele percebe a necessidade de uma análise integra-

*Resenha*

da, não baseada apenas nos critérios puramente econômicos, mas reconhecendo a política, a cultura, e a história como elementos essenciais. Traz desafios para planejadores brasileiros, na medida em que levanta uma interrogação séria da proposta de integração crescente no sistema capitalista atualmente apontada como caminho de saída da crise, como se o Brasil não se encontrasse plenamente inserido há muito tempo. Sugere uma postura crítica quanto à adequação das soluções ventiladas através da melhoria da competitividade e do aumento da produtividade, na medida em que contesta a vinculação entre tais estratégias e melhorias na situação da população, e na saúde da economia nacional.

Sua análise do Estado é uma outra peça desafiadora diante da política de privatização em curso. Ele nega que o Estado seja o grande culpado pela situação nas periferias. Precisaria, segundo ele, usar o instrumental do Estado de uma forma diferente, diante de uma visão diferente de desenvolvimento. Em vez de fortalecer a influência de capital internacional no cenário, os interesses populares deveriam fazer parte integrante na elaboração dos projetos nacionais. Isso levanta a questão política: será que as burguesias nacionais, acomodadas na situação de parceria ou na estratégia de atender a fatias de mercado deixadas disponíveis pelas multinacionais são capazes da criatividade necessária para desenvolver um projeto nacional e popular?

**Constance Clark**

Pesquisadora do Departamento de Economia  
da FUNDAJ

